

Ao rebater ontem, em Salvador, as críticas formuladas ao programa do PDS, o senador indireto Jutahy Magalhães disse que o manifesto da agremiação tem como objetivo "garantir a existência de um regime que assegure como dever imperativo do Estado os direitos civis".

— Se o objetivo é o Poder para executar o programa dentro de um Estado social de direito, defendemos o princípio de que o Estado é o instrumento da sociedade e não esta daquele — disse Jutahy.

O senador garantiu ainda que o programa do PDS será o compromisso de todos os seus integrantes com o País, não importando "se o acusem agora de marxista, meramente demagogo ou populista, pois, na realidade, todos nós temos uma grande preocupação em torno das questões sociais, tendo em vista uma dívida que precisa ser saldada com o povo brasileiro".

Jutahy acredita que o PDS tem todas as possibilidades de ser um partido vito-

rioso, pois nasce em um período de transição. Argumentou que nos últimos 16 anos foram alcançados inúmeros benefícios sociais e que "hoje se caminha para o aperfeiçoamento democrático, saindo de um período de exceção".

Destacou ainda o apoio do presidente Figueiredo ao PDS, assim como o dos demais integrantes do Governo. O PDS, segundo ele, partirá para a execução do seu programa, "tanto pela ação parlamentar dos seus adeptos quanto pela ação executiva da União e dos governadores estaduais".

O senador que participou da elaboração do programa do PDS, como representante da Bahia, sugeriu que o Governo estimule, ampla e permanentemente, a divulgação das idéias dos partidos e dos seus candidatos, através de acesso aos canais de divulgação, promovendo propaganda eleitoral gratuita e "que renege a nociva influência do poder econômico".

Jutahy Magalhães defendeu também a *garantia de segurança ao trabalhador*, o fortalecimento dos municípios, reforma fundiária, acesso ao crédito e o combate aos desníveis salariais.

PARTICIPAÇÃO

Em Porto Alegre, o deputado federal Carlos Alberto Chiarelli (PDS) disse ontem que o princípio da participação do trabalhador nos lucros da empresa, no seu capital ou na sua administração "além de ser um direito consagrado no texto constitucional, nada tem de socialista, de estatizante ou de comunista, como apressadamente asseveraram os de má-fé ou de poucos conhecimentos".

Segundo o parlamentar gaúcho, a participação de empregados na administração de empresas não ameaça a livre iniciativa, mas a assegura, "pois respeita e consolida a empresa privada". Comentando o programa do PDS, Chiarelli disse que ele se mostra "realista na forma".